

**Escravidão e capitalismo**  
**notas de leitura do modelo Sistema Colonial nos anos 1970**

**Artur José Renda Vitorino**

Professor do Programa de Pós Graduação em Educação na Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)

**Resumo**

Por meio do cotejo historiográfico em torno da “formação social” do Brasil no período colonial, será retomado, em linhas gerais, o debate estabelecido, especialmente na década de 1970, sobre a escravidão brasileira e o tema do capitalismo.

**Palavras-chave** Antigo Sistema Colonial, escravidão, capitalismo, historiografia.

**Abstract**

Through the historiographical collation around the “social formation” of Brazil during the colonial period, it will be resumed, in general, the debate established, especially in the 1970s, on the theme of Brazilian slavery and capitalism.

**Keyword** Old Colonial System, slavery, capitalism, historiography.

S em a pretensão de fazer um balanço da historiografia sobre a colonização portuguesa e suas consequências para a formação do Brasil independente, que inclui, entre outros estudos realizados em diferentes momentos, os de Schwartz<sup>1</sup>, Arruda<sup>2</sup>, Bottmann<sup>3</sup> e Marquese<sup>4</sup>, este artigo objetiva sintetizar discussões historiográficas realizadas na década de 1970 sobre a colonização portuguesa na América e suas consequências para a formação do Brasil independente, discussões estas as quais buscavam explicar a colonização moderna e suas relações com a constituição do capitalismo e a escravidão moderna.

A recente produção historiográfica, ao utilizar sistematicamente o conceito de “império” e da existência de um mercado interno com acumulação, realiza críticas à visão centrada unicamente na relação colônia-metrópole, bem como à existência de uma “economia colonial” e do seu sentido precípua de efetuar a acumulação primitiva de capital para alavancar o capitalismo rumo à industrialização europeia, mais propriamente inglesa. Diante disso, realizarei uma breve incursão na historiografia, com o fim de retomar o debate ocorrido a partir da década de 1970, cujo principal enfoque foi questionar o modelo Sistema Colonial tal como foi proposto por Fernando Novais, quando este se propôs a explicar a colonização moderna como “a principal alavanca na gestação do capitalismo moderno”.<sup>5</sup>

Ao longo dos séculos XV a XVIII, à medida que formas particulares de relações políticas nos espaços europeus forjaram a região transoceânica, a fim de se fortalecerem internacionalmente como Estados-Modernos, surgiu a necessidade de criar, impulsionar e explorar os espaços econômicos regionais além-mar.

Para compreender esse momento dos séculos XV a XVIII, no qual foi montado um sistema mundial de produção e de consumo de dimensões, até então inigualáveis, especialmente em análises históricas realizadas nos anos 1970, ocorreu um copioso e importante debate sobre a relação e a dinâmica entre a constituição do capitalismo e a emergência do Novo Mundo e da escravidão moderna. Nesse debate sobre o conceito

- 1 SCHWARTZ, S. B. “Mentalidades estruturas sociais no Brasil colonial: uma resenha coletiva”. (Trad. Mônica D. Dantas). *Economia e Sociedade*, Campinas, (13), p. 129-153, dez 1999, p. 129-153; SCHWARTZ, S. B. “Depois da dependência: caminhos novos da historiografia brasileira”. In: *Da América portuguesa ao Brasil*. Estudos históricos (Tradução português). Lisboa: Difel, p. 273-304, 2003; SCHWARTZ, S. B. “A historiografia dos primeiros tempos do Brasil moderno: tendências e desafios das duas últimas décadas”. (Tradução português). *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 50, p. 175-216, jan./jun. 2009.
- 2 ARRUDA, J. J. de A. “O sentido da colônia. Revisitando a crise do Antigo Sistema colonial.” In: TENGARRINHA, J. (org.). *A história de Portugal*. 2. ed. Bauru: EDUSC; Lisboa: Instituto Camões, 2001.
- 3 BOTTMANN, D. “Ambiguidades do sistema colonial”. *História: Questões & Debates*, Curitiba, 3(5), p. 139-150, dez 1982.
- 4 MARQUESE, R. de B. “As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e a historiografia sobre a escravidão brasileira”. *Revista de História*. São Paulo, nº 169, p. 223-253, julho/dezembro 2013.
- 5 NOVAIS, F. A. “Estrutura e dinâmica do Antigo Sistema Colonial (séculos XVI-XVIII)”. *Cadernos CEBRAP*. São Paulo: Ed. Brasiliense, n. 17, 1974, p. 12.

capitalismo histórico, o tema escravidão moderna e o caráter da colonização portuguesa na América, podem ser vislumbradas, pelo menos, quatro abordagens diferentes e, muitas vezes, antagônicas entre si: as interpretações de Fernando A. Novais, de Jacob Gorender, de Antônio Barros de Castro e de Maria Sylvania de Carvalho Franco.

Considero, assim como Souza<sup>6</sup>, que essa discussão não foi ultrapassada pelas atuais pesquisas empíricas. Mas, para Souza, a partir da ilação dialética da Lei do Valor exposta por Marx, o conceito “capital escravista-mercantil” proposto por Pires e Costa<sup>7</sup> é capaz de dar cabo ao dilema historiográfico entre o modelo Sentido da Colonização e o modelo Arcaísmo como Projeto. Nesse artigo os argumentos teóricos dos autores em pauta - Fernando A. Novais, Jacob Gorender, Antônio Barros de Castro e Maria Sylvania de Carvalho Franco - não foram enfocados por Souza. Por isso, na próxima seção, os argumentos desses quatro autores serão expostos e abalizados.<sup>8</sup>

6 SOUZA, J. P. A. “Entre o sentido da colonização e o arcaísmo como projeto: a superação de um dilema através do conceito de capital escravista-mercantil”. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 38, n. 1. p. 173-203, janeiro-março 2008.

7 PIRES, J. M.; COSTA, I. d. N. da. “O capital escravista-mercantil”. *Cadernos NEHD*, nº 1. 1995.

8 Excertos deste texto foram expostos nos eventos científicos da ANPUH regional (São Paulo, 2008) e LASA (Rio de Janeiro, 2009). Agradeço as críticas e sugestões realizadas pelos pareceristas anônimos deste periódico, os quais não são responsáveis pelos argumentos aqui expostos.

**Possessões coloniais e seus efeitos históricos: o caso Brasil**

A resolução histórica da dicotomia Agricultura *versus* Indústria, para o entendimento do desenvolvimento econômico do Brasil, foi realizada a partir dos textos e do livro de Roberto Simonsen, intitulado *História econômica do Brasil*, de 1937.<sup>9</sup> Nele, Simonsen articulou a ideia de que, no período colonial, no contexto produzido pela expansão comercial portuguesa, foi constituída uma estrutura mercantil, cujo fim era exportar produtos primários para atender à demanda externa. Dessa forma, essa orientação voltada para o mercado externo gerou uma dependência em relação aos mercados mundiais, inclusive na obtenção de mão de obra escrava, um “imperativo econômico inevitável”. Mas, se essa dependência era ruim para o desenvolvimento da colônia, com o advento da Revolução Industrial, na qual a produção passara para uma escala exponencial, a situação do Brasil foi agravada de maneira indelével. Para Simonsen, a agricultura e a indústria não constituíam uma oposição. Pelo contrário, ambas se completavam economicamente; mas, com o advento da industrialização, a agricultura passa a ser complementar à indústria. E não havia escolha entre ser agrícola ou ser industrializado: os países que não se industrializassem ficariam irremediavelmente atrasados na perspectiva das relações econômicas internacionais. E tal situação geraria uma situação estrutural adversa para a economia nacional.

Seguindo esse raciocínio, de que a economia brasileira era essencialmente comercial, Caio Prado Júnior escreveu o livro *Formação do Brasil contemporâneo*, para mostrar que a formação do Brasil é a formação colonial.<sup>10</sup> Para tanto, é na era colonial que podemos identificar e explicar a lógica subjacente do “sentido da colonização”, estabelecendo a relação da colonização como produto da expansão comercial europeia. Dessa forma, a economia colonial era uma economia voltada para o mercado externo. Contudo, foi essa economia que produzia para a exportação e que não conseguia crescer sem também fazer crescer, concomitantemente, o seu mercado interno, que gerou, dialeticamente, a economia nacional. Assim, o sentido da colonização foi o de criar, contraditoriamente, o Brasil.

A partir do “Sentido da Colonização” de Caio Prado Júnior, Fernando Novais afirma os limites da análise realizada por seu autor. Conforme argumentou Novais, Caio Prado Jr., ao definir o sentido da colonização como produto da expansão comercial europeia, não percebeu que essa expansão nada mais era do que um dos componentes da formação do capitalismo. Assim, ao privilegiar o comércio, mas por não analisá-lo por intermédio da dinâmica do sistema econômico – pois a expansão comercial desse período é um fator, dentre

9 SIMONSEN, R. C. *História econômica do Brasil: 1500-1820*. 2 vols. (Brasílica, vols. 100 e 100-A). São Paulo: Nacional, 1937.

10 PRADO JUNIOR, C. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Martins, 1942.

outros, que explica a formação do capitalismo –, a análise empreendida por Caio Prado Jr. somente conseguiu enxergar que a economia colonial gerou a economia nacional. Para Novais, caso busquemos uma integração crítica das contribuições de Caio Prado Jr., poderemos notar que:

[...] no movimento de inserção no conjunto, isto é, no esforço por apreender a categoria básica, sua análise se deteve ao meio do caminho. Trata-se de definir com precisão o que deve ser inserido, e em quê; e talvez o Brasil na expansão marítima europeia seja um recorte que apanhe apenas algumas dimensões da realidade, não levando o olhar até a linha do horizonte; “Brasil”, é claro, não existia, senão enquanto colônia; e é da colônia portuguesa que trata Caio Prado Jr.: a questão é saber se não seria preciso a consideração de conjunto do mundo colonial. Expansão comercial europeia é, na realidade, a face mercantil de um processo mais profundo, a formação do capitalismo moderno; a questão é saber se não seria procurar as articulações da exploração colonial com esse processo de transição feudal-capitalista. Deste modo, a análise, embora centrada numa região, seria sempre a análise do movimento em que seu conjunto, buscando permanentemente articular o geral e o particular. A colonização não apareceria apenas na sua feição comercial, mas como um canal de acumulação primitiva de capital mercantil no centro do sistema.<sup>11</sup>

Para Fernando A. Novais, então, Caio Prado Jr. enfatizou o empreendimento mercantil como capaz de criar a colônia e que, por intermédio desta, foi gerada a nação brasileira. A análise empreendida por Caio Prado Jr., porém, não conseguiu apreender o movimento geral pelo qual passava a era moderna, transitando para o capitalismo. Isso porque quando inserida a irrupção da colonização de características mercantis no quadro mais amplo do Antigo Regime, ficará claro que a dinâmica foi a de uma economia que acumulava externamente (a economia colonial), para uma formação social que internalizou essa acumulação, após o processo de emancipação política. Dessa forma, para Fernando Novais, o passado colonial foi gerador de uma formação social específica, por ele denominado de “Antigo Sistema Colonial”. A partir de suas especificidades, o sentido subjacente do Antigo Sistema Colonial é o de explicar, historicamente, a formação do capitalismo, por meio da acumulação primitiva de capital, realizada pelo centro mais dinâmico da economia.

Assim sendo, a colônia seguia um princípio segundo o qual ela não podia produzir bens que fossem concorrentes para os bens metropolitanos, assim como não podia vender os bens senão para a metrópole. Esse “exclusivo colonial” foi estabelecido, *de fato*, na segunda metade do século XVIII, diante do impulso crescente em direção ao absolutismo e à centralização político-administrativa implantada, primeiro, com João V (1705-1750) e, depois,

11 NOVAIS, F. A. Texto Introdutório [ao livro] *Formação do Brasil contemporâneo*. In: SANTIAGO, S. (coordenação, seleção de livros e prefácio), *Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2ª ed., 2002, vol. 3, p. III4-III5.

com José I (1750-1777) e seu ministro o Marquês de Pombal. A análise de Novais procurou dar uma explicação da “crise” do Antigo Sistema Colonial e as suas balizas cronológicas são de 1777 a 1808, ou seja, do início do reinado de D. Maria I à transposição da família Real portuguesa para o Rio de Janeiro. Contudo, há aí uma ambiguidade, pois o recurso de examinar toda a história da América lusitana à luz do pacto colonial não pode ser atribuído *diretamente* a Novais. Mas, quando se trata de explicar o passado colonial da América nos quadros do sistema colonial mercantilista, cujo sentido era organizar uma produção mercantil que promovesse a acumulação primitiva de capitais no conjunto das economias europeias, esse argumento é de Novais.

Quanto aos efeitos do achado do ouro na América lusa, na última década do século XVII, até os anos 1750, quando vertiginosamente a sua produção decaiu, a afirmação de que esse ouro do século XVIII mineiro estimulou o espírito capitalista – frase esta presente n’ *O Burguês* de Werner Sombart<sup>12</sup> e divulgada entre nós, pela primeira vez, na *História econômica do Brasil*, de Roberto Simonsen – é tema de extenso e vigoroso debate,<sup>13</sup> o que permite vislumbrar a proeminência de se estudar a problemática da dominação econômica e política durante o período colonial brasileiro, especialmente, no período da explosão mineira da primeira metade do século XVIII.

### Dualidades e dialética

Como foi mostrado na seção anterior, Fernando A. Novais<sup>14</sup> em suas pesquisas procurou compreender os mecanismos da economia colonial, no quadro de suas articulações com o processo de acumulação primitiva de capital comercial, analisando as relações colônia-metrópole. Sendo assim, a especificidade histórica das formações coloniais do Antigo Regime decorre de que sua montagem se origina nos movimentos da acumulação do capital mercantil, isto é, na formação do capitalismo, na transição do feudalismo para o capitalismo.

12 SOMBART, W., *El Burgués. Contribución a la espiritual del hombre económico moderno*. Versión española de Maria pilar Lorenzo. Revisión de Miguel Paredes. Madri: Alianza Editorial, 1986 [1913], p. 330.

13 Entre outros, cf. LANDES, D., *Prometeu desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental, desde 1750 até a nossa época*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994 [1969], p. 41-46; PINTO, V. N. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*. São Paulo, Nacional, 1977; COSTA, L. F. & ROCHA, M. M., “Remessas do ouro brasileiro: organização mercantil de problemas de agência em meados do século XVII”. In: *Análise Social*, vol. XVII (182): 77-98, 2007.

14 NOVAIS, F. A. “Estrutura e dinâmica do Antigo Sistema Colonial (séculos XVI-XVIII)”. São Paulo, *Cadernos CEBRAP*: Brasiliense, n° 17, 1974; depois segundo capítulo do livro *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 4ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

Para Novais, o essencial está em realizar uma análise que contenha a dimensão do sistema em sua totalidade, formado pela relação colônia-metrópole. Nessa relação, a metrópole (o centro do sistema) aparece como algo mais que um elemento importante para a colônia (periferia): ela é a sua condição de existência. Por isso, a análise da economia colonial deve ser realizada a partir da relação colônia-metrópole, e não das relações de produção. Para o autor, então, as relações sociais de produção na colônia aparecem como resultado do sistema, tornando-se impossível explicar a formação social colonial, a partir das organizações produtivas do escravismo colonial.

Ao estabelecer que toda a montagem da colonização se prende aos movimentos do capital comercial, Fernando A. Novais compreende e explica a emergência da escravidão africana colonial a partir do tráfico negreiro, que promove a acumulação primitiva do capital. Assim, o nascente capitalismo introduziu a escravidão no Novo Mundo, que, por sua vez, atuou na formação do capital industrial europeu. Por seu turno, na Colônia, a presença da escravidão bloqueou a consolidação de uma sociedade de classes e de um mercado interno.

Jacob Gorender<sup>15</sup>, em seu estudo sobre o escravismo colonial, procurou caracterizar um modo de produção escravista a partir do homem cativo, utilizando-se da "economia política" para analisar como as relações sociais de produção escravista criam e passam a ser regidas por mecanismos autodeterminados e determinantes. Diante disso, senhores e escravos, apesar de se constituírem como classes antagônicas, são levados a relacionar-se como "personificação" ou "suporte" de categorias econômicas, sendo a escravidão o princípio que unifica todo o sistema, como seu fundamento. Há, então, uma analogia entre o propósito de Gorender e a que Marx teria feito em relação ao capitalismo, estudando a produção e a vida material capitalistas, a partir do trabalhador livre.

Antônio Barros de Castro<sup>16</sup> discorda dos modelos propostos por Fernando A. Novais e por Jacob Gorender. Apesar de considerar, como Gorender, que o sentido da colonização tenha sido imanente, numa interpretação contrária à realizada por Fernando Novais, Barros de Castro também alega que a escravidão moderna não pode ser investigada nos mesmos termos em que Marx investigou o capitalismo. Ou seja, que o capitalismo apresenta certas propriedades que o fazem um objeto de estudo particularmente adequado

15 GORENDER, J. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978.

16 CASTRO, A. B. de. *Escravos e senhores nos engenhos do Brasil*: Um estudo sobre os trabalhos do açúcar e a política econômica dos Senhores. 1976. 124f. Tese (Doutorado em Economia). Instituto de Economia, Unicamp, 1976; CASTRO, A. B. de. "A economia política, o capitalismo e a escravidão". In: LAPA, J. R. do A. (org.), *Modos de produção e realidade brasileira*, Petrópolis: Vozes, 1980, p. 67-107; CASTRO, A. B. de. "As mãos e os pés do senhor de engenho: dinâmica do escravismo colonial". In: PINHEIRO, P. S. (coordenação), *Trabalho escravo, economia e sociedade*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 41-66; CASTRO, A. B. de. "Comentários e respostas às intervenções". In: PINHEIRO, P. S. (coordenação). *Trabalho escravo, economia e sociedade*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

aos estudos da economia política. Dessa maneira, o modelo explicativo proposto por Gorender não é aceito, por seguirem, ao pé da letra, as proposições teóricas de Engels, no *Anti-Dühring*, para estudar o escravismo colonial.<sup>17</sup>

Barros de Castro analisa a determinação do modo de ser da economia colonial e de sua dinâmica, formulando um conceito de escravismo colonial a partir do processo de produção. Desse modo, privilegia as análises na ótica do processo de trabalho e não mais, como Fernando Novais, no âmbito das relações colônia-metrópole.

Centrando suas análises nas relações de trabalho na colônia, Barros de Castro considera que as categorias explicativas básicas para a economia colonial são os conceitos de “renda da escravidão” em geral e “renda diferencial” em particular.<sup>18</sup>

Assim, partindo à análise do processo social de produção, mesmo em uma economia escravista, faz-se necessário realizar a distinção entre “trabalho necessário” e “trabalho excedente”. A essa distinção, Barros de Castro denominou “renda da escravidão”. Com efeito, a “renda da escravidão” refere-se às relações sociais coloniais básicas, exprimindo a apropriação compulsória do excedente que se transforma em lucro. O lucro comercial, então, provém (e deve ser entendido a partir) da “renda da escravidão”.

Já a “renda diferencial” é tomada por Barros de Castro como determinante do escravismo colonial. Essa renda seria a expressão das diferentes produtividades do escravo e estaria relacionada, por sua vez, a diferentes graus de fertilidade da terra e de custos diferenciais de transporte. Com isso, as regiões produtoras seriam classificadas em superdotadas, maduras e residuais. Assim sendo, a economia colonial é movida pela concorrência intersenhorial, acrescida, ainda, pelo faro dos comerciantes e dos arranjos realizados na esfera política: quer a política dos senhores, quer a política da metrópole.

Ao analisar o processo de trabalho num engenho escravista do século XVI, Barros de Castro considerou esse processo similar ao de uma grande lavoura capitalista.<sup>19</sup> Por isso, pôde afirmar que, quando inserido nesse processo de produção material, “o escravo constitui uma

17 CASTRO, A. B. de. “A economia política, o capitalismo e a escravidão”. In: LAPA, J. R. do A. (org.), *Modos de produção e realidade brasileira*, Petrópolis: Vozes, 1980, p. 67-107.

18 CASTRO, A. B. de. *Op. cit.* 1984, p. 41-66.

19 CASTRO, A. B. de. *Op. cit.* 1976, p. 5-7.

antecipação do moderno proletário”.<sup>20</sup> Diante dessas características apresentadas pelas organizações produtivas do escravismo colonial, Barros de Castro assinalou:

que o moderno escravismo tem importantes traços em comum com o capitalismo e, mais, que estas características pertencem à sua *conformação interior*. Não é, pois, necessário recorrer às conexões ‘externas’- e muito menos a um simples ‘critério de mercado’- para deixar assinaladas as fortes similitudes existentes entre o moderno escravismo e o capitalismo - proximidade esta que pode ainda ser realçada, ao lembrarmos que a organização produtiva aqui focalizada surge associada aos primórdios do capitalismo, cresce e se multiplica acoplada a ele.<sup>21</sup>

Do exposto acima, percebe-se que Barros de Castro não utiliza o conceito de modo de produção e que esse conceito, caso venha a ser definido, não deve ser pensado unicamente pela relação de produção básica – tal como realizado por Gorender, ao propor uma reinterpretação do escravismo colonial. Também, dentro de sua construção teórica e metodológica, Barros de Castro só poderia pensar em um modo de produção *acoplado* a um capitalismo de traços ainda pouco definidos, situação característica do complexo e ambíguo período que vai do final do século XV a meados do século XVIII.

Mas, do que se segue, o moderno escravismo, apesar de ter “importantes traços em comum com o capitalismo”, não deve ser interpretado à luz da “economia política”. Para Barros de Castro, há elementos que indicam o que poderia ser a diferença específica do moderno escravismo. Essa diferença reside em que nele:

os senhores estão submetidos a uma engrenagem econômica – o que os diferencia, essencialmente, dos senhores de escravos do mundo antigo. Mas esta engrenagem se *interrompe* nos senhores. [...] Caracteristicamente, no entanto, no escravismo moderno - onde o escravo atua, “portas adentro”, como um proletário - não há em princípio mecanismos sócio-econômicos a determinar o seu comportamento. [...] No escravismo [...] um pelo menos dos “agentes principais” não tem o seu caráter social efetivamente moldado pelo regime de produção e, conseqüentemente, não pode ser considerado como a encarnação de uma categoria econômico-social - o que necessariamente repercute sobre o papel e a natureza social dos senhores. Os escravos são fundamentalmente “cativos” e se ajustam (bem ou mal) ao aparelho de produção [...], por uma combinação mais ou menos eficaz de violência, agrados, persuasão etc. Paradoxalmente, portanto, os escravos, que a tradição jurídicista

20 CASTRO, A. B. de. *Op. cit.* 1980, p. 92. Para uma discussão das similitudes entre o escravo e o proletário, ver Peter L. EISENBERG e Edgar de DECCA. Este último, ao questionar a produção fabril como um mero acontecimento tecnológico, cita as análises de Barros de Castro a respeito do processo de trabalho no engenho de açúcar no Brasil colonial. Cf. EISENBERG, P. L. Escravos e proletários na história do Brasil, *Estudos econômicos*, 13, nº 1, p. 55-69, jan/abr 1983. (Incluído depois no livro póstumo *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil - séculos XVIII e XIX*. Campinas, ed. UNICAMP, 1989); DECCA, E. S. de. *O Nascimento das fábricas*. São Paulo: Brasiliense, (col. Tudo é História, 51), 1982.

21 CASTRO, A. B. de. *Op. cit.* 1980, p. 92-93.

teima em chamar de “coisa”, impossibilitam a reificação das relações sociais - com o que fica definitivamente prejudicada qualquer tentativa no sentido de “descobrir a lei econômica que preside o movimento” deste regime social.<sup>22</sup>

Para Barros de Castro, então, a sociedade e a economia colonial apresentam uma dualidade *acoplada*. De um lado os senhores que, por estarem “submetidos a uma engrenagem econômica”, tornam-se objetos de estudos particularmente adequados à análise da economia política. De outro lado, teríamos a escravidão que, apesar de ter sua existência inter-relacionada com a política econômica dos senhores, apresenta especificidades que lhe são próprias.

Por serem a economia e a sociedade coloniais fundadas sobre o braço escravo e pelo fato de a escravidão implicar necessariamente (e quase sempre) o uso da força, pode-se dizer que a presença histórica dos escravos significa a crônica das rebeliões e/ou das sujeições escravas?

Assim como em Fernando A. Novais a tentativa de compreender a escravidão africana a partir do tráfico negreiro não significa explicar a escravidão pelas atividades dos mercadores de escravos, em Barros de Castro a presença histórica dos escravos não consiste em tratar o escravo “em si” (buscando recuperar uma história feita “em primeira pessoa”), e/ou no seu relacionamento (fundamentalmente, enquanto seres humanos) com a camada senhorial. A questão primordial trata-se de tomar o escravo como base de um sistema produtivo – por ele, em princípio, rejeitado e, em maior ou menor medida, transformado.

Por sua vez, ao expor que “portas a dentro” o escravo atua como um proletário, e “portas a fora” o seu comportamento não seja determinado por nenhum mecanismo socioeconômico, Barros de Castro deixa subentendido que o seu raciocínio opera dentro de certo “sentimento dos contrários”, que norteia há tempos a experiência cultural brasileira.<sup>23</sup> Invertendo os polos, mas mantendo a dualidade, Ignácio Rangel, em seu estudo *Dualidade básica brasileira* (de 1957), dizia que:

a fazenda de escravos brasileira estava sujeita a duas ordens de leis: às do escravismo e às do capitalismo [...] Essas duas ordens de leis governam, respectivamente, as relações internas e externas da economia. Assim, não basta dizer que o latifúndio é uma economia mista, feudal-capitalista, mas é necessário compreender que é *internamente* feudal e *externamente* capitalista.<sup>24</sup>

22 *Ibidem*, p. 92-93.

23 Sobre essa questão do “sentimento dos contrários” na experiência intelectual brasileira, ver ARANTES, P. E.. *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira*: dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz. São Paulo: Paz e Terra, 1992, p. 9-45.

24 RANGEL, I. *Dualidade básica na economia brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1957. Apud: ARANTES, P. E.

Ignácio Rangel apresentava um modelo dualista na interpretação de nossa evolução econômica, caracterizando a sociedade e a economia colonial dentro de uma perspectiva em que o latifúndio escravista era pré-colonial da porteira para dentro, e capitalista da porteira para fora. Já no plano mais geral, percebe-se que o paradoxo (ou dualismo, ou dialética) residia na articulação de trabalho livre na metrópole e trabalho escravo na colônia.

Já Maria Sylvia de Carvalho Franco, em seu estudo intitulado *Organização social do trabalho no período colonial* (1984),<sup>25</sup> mostra-se crítica às concepções de Fernando Novais e de Jacob Gorender. Em relação aos trabalhos de Barros de Castro, há pontos comuns. Mas como Carvalho Franco apresenta objeções com relação às explicações dualistas do Brasil,<sup>26</sup> às quais de certa forma filia-se Barros de Castro, precisamente nesse ponto os dois autores são divergentes.

Nesse seu estudo, Carvalho Franco examina o modo de se conhecer uma sociedade onde o escravo foi mão de obra para a produção mercantil e onde o capital estava presente. Tratando-se de uma investigação do sistema colonial, a autora argumenta que, a partir do século XV, é instalado um regime de produção que se diferencia dos demais. Até então, não havia aparecido uma forma sistemática de organização da produção em que a grande quantidade fosse a marca, associada à concentração de capital por intermédio da mão de obra escrava.

Caracterizando o capitalismo como mundial, Carvalho Franco procura entender a organização social da colônia ligada, essencialmente, ao sistema capitalista. Mas, como o sistema capitalista somente existe quando é realizada a produção de mais-valia, pois a mais-valia está no núcleo do movimento do próprio capital, no sentido de sua autorreprodução, como pensar o escravo como sujeito que entra na produção da mais-valia, vive dela e repõe a força de trabalho provinda do trabalho escravo e, também, do trabalho livre?

Para responder a essa questão de como o escravo pode entrar na produção de mais-valia, Carvalho Franco parte da teoria marxista da compra e venda da força de trabalho. Mas como em *O Capital*, Marx realiza uma fenomenologia do capital – numa crítica interna à noção de propriedade a partir do direito burguês –, Carvalho Franco interpreta que, na teoria marxista do mercado de força de trabalho, a compra e a venda da força de trabalho *aparecem* nos termos de uma compra e venda da força de trabalho, tal como ela se processa por meio das categorias do pensamento burguês em meados do século XIX.

*Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira: dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz.* São Paulo: Paz e Terra, 1957.

25 FRANCO, M. S. de C. “Organização social do trabalho no período colonial,” In: PINHEIRO, P. S. (coord.), *Trabalho escravo, economia e sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 143-192.

26 FRANCO, M. S. de C. “As ideias estão no lugar”. In: *Cadernos de debate*, n° 1, São Paulo: Brasiliense, p. 61-64, 1976.

Assim, para pensar como no período colonial a escravidão pode entrar na produção de mais-valia, Carvalho Franco retoma a teoria marxista da venda e da compra da força de trabalho e demonstra como a *propriedade* e a *posse* da força de trabalho são termos que, necessariamente, não se confundem.

A associação da propriedade e da posse da força de trabalho em um único sujeito não é obrigatória e corresponde a uma forma muito particular do mercado capitalista, na qual a maioria dos produtos está reduzida à forma de mercadoria. E, enquanto tal, até a mercadoria de tipo especial: a força de trabalho.

O mercado capitalista é engendrado mediante pressões econômicas que determinam as relações de dominação social e a expropriação dos meios de produção, fazendo surgir o trabalhador livre. E, na figura do trabalhador livre, confundem-se e identificam-se os termos de posse e de propriedade da força de trabalho.

Por seu turno, a partir do século XV, quando se instala uma forma sistemática de organização da produção, marcada pela concentração de capital e produção em larga escala mediante trabalho escravo, é estabelecido “um modo de produção presidido pelo capital, vale dizer, um sistema particular de dominação social”.<sup>27</sup> E esse tipo de organização da produção exigia a existência de um expropriado total.

Assim, o escravo africano revela-se como o agente de trabalho historicamente *possível* quando se dá a colonização portuguesa por via da grande propriedade açucareira: ele constituía o único expropriado total, o único que podia ser compelido a trabalhar inteiramente a serviço de outros. Além disso, ele revela-se o agente de trabalho *adequado* à produção vinculada ao comércio do açúcar: podia ser acrescentado conforme as tendências de expansão.<sup>28</sup>

Nessa situação histórica, com a escravidão avolumando-se continuamente, surge um mercado diferente do mercado burguês. Nesse mercado, Carvalho Franco mostra a categoria abstrata do vendedor da força de trabalho distinta do seu possuidor: o comerciante ou mercador de escravos.

Desse modo, no mercado, pode existir um vendedor de força de trabalho completamente diverso do trabalho livre, um vendedor que retenha a propriedade da mercadoria. Trata-se do comerciante de escravos. Assim, Carvalho Franco alarga os pressupostos da formação de mais-valia e abre espaço para investigarem-se as condições específicas em que se organiza uma produção de tipo capitalista ligada ao trabalho escravo.

27 FRANCO, M. S. de C. *Op.Cit.* 1984, p. 179.

28 *Ibidem*, p. 178-179.

Para a autora, no entanto, há nessa tendência da escravidão ir se avolumando continuamente, uma situação contraditória, pois “a massa de homens engajada na produção mercantil estava apartada do movimento de circulação de mercadorias”.<sup>29</sup> Sendo assim, Carvalho Franco procura esclarecer que o trabalho escravo:

só encontrava razão de ser na medida em que produzia gêneros para *venda*, mas suas necessidades não podiam ser supridas por atos correlatos de *compra*. Isto, está claro, era uma incompatibilidade inerente à condição de escravo. Mas é preciso não esquecer que essa escravidão moderna se engendrou dentro do conjunto de determinações que fundaram a colonização portuguesa: larga disponibilidade de terra apropriável, compatível com a produção de mercadorias em volume crescente, que requeria trabalhadores expropriados em número progressivo. E é preciso sublinhar que essa organização das propriedades fundiárias, no Brasil, estava longe de supor independência ou autossuficiência do produtor, ou mesmo relações de troca relativamente simples. Essas propriedades nasceram como unidades especializadas: seu traço econômico essencial, a monocultura, deixa isto inequívoco. Surge, pois, uma formação social integrada por homens engajados precipuamente numa produção especializada e obrigados, ao mesmo tempo, a auto-suprimirem-se.<sup>30</sup>

Em suas reflexões sobre a organização social do trabalho no período colonial, Carvalho Franco procura mostrar como o trabalho escravo e o trabalho livre são duas faces da estrutura do mundo burguês e estão inseridos em um sistema de dominação social, que significa a apropriação do excedente do trabalho não pago e do excedente principiado de uma maneira muito específica: a mais-valia. Nesse sistema, há o desenvolvimento do trabalho livre, da expropriação do trabalhador e o crescimento contínuo do mercado.

Seguindo esse esquema de Carvalho Franco, em que é impensável trabalho livre sem escravo, visto que a escravidão era a condição para o desenvolvimento do trabalho livre na metrópole e negava o trabalho livre na colônia, nota-se que a partir de meados do século XVIII, intensificando-se durante todo o século XIX, a escravidão passa a ser a condição que

29 *Ibidem*, p. 179.

30 *Ibidem*, p. 179-180. A análise do trecho citado de Maria Sylvia de Carvalho FRANCO, em seu aspecto econômico, leva-nos a realizar a seguinte indagação: como a teoria do valor marxista assinala que a mais-valia somente se realiza na produção, por intermédio do excedente produzido pela força de trabalho, por quais mecanismos a apropriação do excedente que se transforma em lucro é efetivada no período colonial, visto que essa apropriação (o lucro) só se reproduz e se acumula na medida em que, e somente em que, a produção se mercantiliza em um livre mercado? Essa indagação, como se vê, leva-nos aos escritos de Fernando Novais sobre o Antigo Sistema Colonial, em que fica explicitado como a produção de excedente na colônia significa a drenagem da riqueza colonial para a metrópole. Por seu turno, alega Barros de Castro que os escritos de Fernando Novais mostram-se presos à teoria da dependência, numa “aversão à análise dos processos de trabalho, característica dos dependentólogos; a mesma ênfase na espoliação colonial; a mesma omissão das relações econômico-sociais internas; a mesma hipertrofia dos contextos nacionais; e a mesma incapacidade de explicar as crises singulares e as respectivas superações”. [os grifos são da edição citada]. Cf. CASTRO, A. B. de. *Op. cit.* 1984, p. 86.

entrava o trabalho livre na metrópole, e o trabalho livre passa a ser um fator que movimentava a determinação do trabalho escravo na colônia.

Desse modo, então, no início da produção do café no Brasil, no começo do século XIX, observa-se a *reposição* do sistema capitalista em sua forma originária, tendo uma acumulação primitiva, nesse século, aos moldes da acumulação ocorrida a partir do século XVI. Sendo assim, para Carvalho Franco,

na virada do século XIX para o XX, quando abolida a escravidão, embora houvesse um potencial grande de mão-de-obra livre, este não fora totalmente expropriado e não sofria pressões econômicas suficientes para transforma-se em força de trabalho assalariada. O fazendeiro voltou-se, pois, para o exterior, em busca dos braços de que necessitava.<sup>31</sup>

Mais recentemente, João L. R. Fragoso argumenta que era o capital mercantil e não propriamente um sistema capitalista que caracterizava o Brasil colonial, já que muito do lucro obtido era investido em atividades honoríficas não econômicas, como a compra de títulos, aquisição de grandes propriedades territoriais ou mesmo a manutenção de grandes casas senhoriais. Acima de tudo, enfatiza a natureza endógena da formação do capital, colocando, assim, a relação colonial como um fator bem menos crucial para a formação social do Brasil do que, até então, se costumava pensar.<sup>32</sup> Depois, João Fragoso e Manolo Florentino realizam um ataque frontal às interpretações do desenvolvimento econômico brasileiro somente em termos de um setor escravista de exportação.<sup>33</sup>

A partir desses estudos de João Fragoso e de Manolo Florentino, autores tais como, Maria de Fátima Silva Gouvêa, Júnia Furtado, Antônio Carlos Jucá, entre outros, irão defender a substituição da interpretação centrada unicamente na relação colônia- metrópole pela utilização do conceito de Império. Para eles, por Império, não se entende simplesmente que existiu um império português, mas a incorporação efetiva do império português como um dos mecanismos explicativos da realidade colonial. Desse modo, o Império português passa a ser percebido:

como um conjunto heterogêneo de possessões ultramarinas, cuja relação com a metrópole variava não só conforme as conjunturas, mas também de acordo com os variados processos históricos que constituíram essas mesmas possessões. (...) Tais transformações obrigam o pesquisador a uma

31 *Ibidem*, p. 190.

32 FRAGOSO, J. L. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830*. 2a ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1998.

33 FRAGOSO, J. L. & FLORENTINO, M. *Arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790-1840*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

apreensão mais complexa do que foi esse “mundo português”. (...) Em primeiro lugar, obriga-o a rever a antiga “metrópole”, cuja imagem tradicional de uma monarquia centralizada e absolutista está sendo substituída pela de variadas relações entre o poder central e os diversos poderes locais – em favor de uma percepção do caráter corporativo do poder numa sociedade de Antigo Regime. Em segundo lugar, o conceito de império obriga-nos a voltar nossa atenção para as demais possessões ultramarinas que o constituíam, sem as quais sabemos hoje não ser possível conhecer de fato a sociedade colonial brasileira. Entram em cena aqui as Ilhas Atlânticas, o Estado de Índia e, sobretudo, a África – fundamental para uma sociedade escravocrata como a brasileira.<sup>34</sup>

Nesse sentido, os autores que utilizam o conceito de Império, como contraposição ao conceito de economia colonial centrada unicamente na relação metrópole-colônia, concordam com a crítica que fizera Ciro Flamarion Cardoso a respeito da obsessão analítica de Fernando Novais pela externalidade da acumulação de capital, no período colonial.<sup>35</sup> Isso porque aqueles autores consideram que a realidade colonial é muito mais complexa e multifacetada do que descreveram os historiadores expostos na seção anterior. Assim, de acordo com essa abordagem do império português numa sociedade de Antigo Regime, este não se restringia à América lusitana, configurando-se mais amplo e atingindo a África e a Ásia. Na América lusitana foi desenvolvido um crescente mercado interno, ao longo do período colonial, de feições ainda indefinidas, mas importante para compreendermos o surgimento do estado-nação brasileiro; havia, nesse período, uma complexa rede de negociação envolvendo os grandes comerciantes com a burocracia do Estado português, e aqueles com os comerciantes locais; o papel da Igreja no período colonial foi muito mais complexo que o de uma instituição a reboque dos interesses do Estado lusitano; enfim, os autores que utilizam o conceito de Império postulam que múltiplas conexões existiam no que configuraria um Império Português durante o Antigo Regime de delimitações ainda imprecisas, porque formariam um mosaico ainda pouco explorado empiricamente.

34 FRAGOSO, J. L. et. al. (orgs.). *Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória: Edufes, 2006, p. 9.

35 CARDOSO, C. F. “As concepções acerca do ‘Sistema Econômico Mundial’ e do ‘Antigo Sistema Colonial’: a preocupação obsessiva com a ‘extração de excedente’”. In: LAPA, J. R. do A. (org.). *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980.

### Considerações Finais

Como foi exposto, este texto não apresentou uma pesquisa original, nem empírica, pois ele se propôs sintetizar por meio de uma determinada produção historiográfica endógena a relação entre o conceito de capitalismo histórico, a escravidão moderna e o caráter da colonização portuguesa na América.

Esse debate teórico entre as leituras da década de 1970 podem ser ligadas às pesquisas mais recentes, as quais estão vinculadas como desdobramentos da interpretação de Ciro Cardoso, de Celso Furtado e das análises direcionadas por Maria Yeda Linhares e seu grupo de história agrária.

Considero que o prosseguimento ao debate deveria levar em conta que as análises históricas da América portuguesa entre os séculos XVI e XVIII vinculadas ao modelo “Sentido da Colonização” apresentam certo olhar nacionalista, pois elas tendem a enxergar a “nação” antes mesmo de sua existência; e o modelo “Arcaísmo como Projeto” também visa detectar o sentido histórico que foi capaz de gerar e dar continuidade temporal a um tipo de formação social que apresenta o Brasil como o país com o maior índice de concentração de renda do planeta. Como ponto de chegada, o ômega da análise histórica, ambos os modelos projetam os seus vetores de análise teleologicamente.

Tendo em vista os três fatores de produção: terra, trabalho e capital, o modelo “Sentido da Colonização” enfatiza o fator capital, sobretudo quando Fernando Novais elege a acumulação primitiva de capital como o conceito-chave para analisar o período colonial do Brasil, cujo conceito homogeneiza a diversidade complexa existente no período dos séculos 16 a 19, na Europa e na América.<sup>36</sup>

Já o modelo “Arcaísmo como Projeto” não esclarece analítica e empiricamente como, a partir da noção de “Império” e da existência de um mercado interno com acumulação, forma-se o Brasil independente até a baliza cronológica de 1830 – configurada por Fragoso.<sup>37</sup> Se, para Novais, o período colonial apresenta uma formação social específica, explicada a partir do conceito de “economia colonial”, que se apresenta como historicamente singular; o modelo do “Arcaísmo como Projeto” não define o conceito de “Império”, e muito menos se existiu, no período estudado, uma “economia imperial” forjada no e pelo Antigo Regime no período do século 16 ao século 19, na Europa.

36 Cf. BOTTMANN, D. “Ambiguidades do sistema colonial.” *História: Questões & Debates*, Curitiba, 3(5):139-150, Dez. 1982.

37 FRAGOSO, J. L., BICALHO, M. F. e GOUVÊA, M. de F. (orgs.). *Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 333.

## Referências bibliográficas

- ARANTES, P. E. *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira: dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- ARRUDA, J. J. de A. “O sentido da colônia: revisitando a crise do Antigo Sistema Colonial.” In: TENGARRINHA, J. (org.). *A história de Portugal*. 2. ed. Bauru: EDUSCS; Lisboa: Instituto Camões, 2001.
- BOTTMANN, D. “Ambiguidades do sistema colonial.” *História: Questões & Debates*, Curitiba, 3(5), p. 139-150, dez. 1982.
- CARDOSO, C. F. “As concepções acerca do ‘Sistema Econômico Mundial’ e do ‘Antigo Sistema Colonial’: a preocupação obsessiva com a ‘extração de excedente’”. In: LAPA, J. R. do A. (org.). *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- CASTRO, A. B. de. *Escravos e senhores nos engenhos do Brasil: um estudo sobre os trabalhos do açúcar e a política econômica dos Senhores*. 1976. 124f. Tese (Doutorado em Economia). Instituto de Economia, Unicamp, 1976.
- CASTRO, A. B. de. “A economia política, o capitalismo e a escravidão.” In: LAPA, J. R. do A. (org.), *Modos de produção e realidade brasileira*, Petrópolis: Vozes, 1980.
- CASTRO, A. B. de. “As mãos e os pés do senhor de engenho: dinâmica do escravismo colonial.” In: PINHEIRO, P. S. (coordenação), *Trabalho escravo, economia e sociedade*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- CASTRO, A. B. de. “Comentários e respostas às intervenções.” In: PINHEIRO, P. S. (coordenação). *Trabalho escravo, economia e sociedade*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- COSTA, L. F. & ROCHA, M. M., “Remessas do ouro brasileiro: organização mercantil de problemas de agência em meados do século XVII.” *Análise Social*, vol. XVII (182), 2007: 77-98.
- DECCA, Edgar S. de. *O Nascimento das fábricas*. São Paulo: Brasiliense, (col. Tudo é História, 51), 1982.
- EISENBERG, P. L. “Escravos e proletários na história do Brasil.” *Estudos econômicos*, 13, n. 1 jan/abr 1983, p. 55-69. (Incluído depois no livro póstumo *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil - séculos XVIII e XIX*. Campinas, ed. UNICAMP, 1989.
- FRAGOSO, J. L. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830*. 2. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1998.

- FRAGOSO, J. L.; BICALHO, M. F.; GOUVÊA, M. de F. (orgs.). *Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FRAGOSO, J. L.; FLORENTINO, M. *Arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790-1840*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.
- FRAGOSO, J. L. et. al. (orgs.), *Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória: Edufes, 2006.
- FRANCO, M. S. de C. “As ideias estão no lugar”. *Cadernos de debate*, nº 1, São Paulo: Brasiliense, 1976.
- FRANCO, M. S. de C. “Organização social do trabalho no período colonial”. In: PINHEIRO, P. S. (coord.), *Trabalho escravo, economia e sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- GORENDER, J. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978.
- LANDES, D. *Prometeu desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental, desde 1750 até a nossa época*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994 [1969].
- MARQUESE, R. de B. “As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e a historiografia sobre a escravidão brasileira.” *Revista de História*. São Paulo, nº 169, p. 223-253, julho/dezembro 2013.
- NOVAIS, F. A. “Estrutura e dinâmica do Antigo Sistema Colonial (séculos XVI-XVIII).” São Paulo, *Cadernos CEBRAP*: Brasiliense, n. 17, 1974.
- NOVAIS, F. A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 4. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.
- NOVAIS, F. A. Texto Introdutório [ao livro] *Formação do Brasil contemporâneo*. In: SANTIAGO, S. (coordenação, seleção de livros e prefácio), *Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2ª ed., 2002, vol. 3.
- NOVAIS, F. A.; MOTA, C. G. *A independência política do Brasil*. São Paulo: Moderna, 1986.
- PINTO, V. N. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*. São Paulo, Nacional, 1977.
- PIRES, J. M.; COSTA, I. del N. da. “O capital escravista-mercantil”. *Cadernos NEHD*, nº 1. 1995.

VITORINO, Artur José Renda (...) USP, Ano IV, n. 6, p. 37-56, 2013

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Martins, 1942.

RANGEL, I. *Dualidade básica na economia brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1957, *apud*: ARANTES, P. E. *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira: dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz*. São Paulo: Paz e Terra, 1957.

SCHWARTZ, S. B. “Mentalidades estruturas sociais no Brasil colonial: uma resenha coletiva”. (Trad. Mônica D. Dantas). *Economia e Sociedade*, Campinas, (13), p. 129-153, dez. 1999.

SCHWARTZ, S. B. “Depois da dependência: caminhos novos da historiografia brasileira”. In: *Da América portuguesa ao Brasil: estudos históricos* (Tradução português). Lisboa: Difel, 2003, p. 273-304.

SCHWARTZ, S. B. “A historiografia dos primeiros tempos do Brasil moderno: tendências e desafios das duas últimas décadas”. (Tradução português). *História: Questões & Debates*. Curitiba, n. 50, p. 175-216. jan./jun. 2009.

SIMONSEN, R. C.. *História econômica do Brasil: 1500-1820*. 2 vols. (Brasiliana, vols. 100 e 100-A). São Paulo: Nacional, 1937.

SOMBART, W., *El Burgués: contribución a la espiritual del hombre económico moderno*. Versión española de Maria pilar Lorenzo. Revisión de Miguel Paredes. Madri: Alianza Editorial, 1986 [1913].

SOUZA, J. P. A. “Entre o sentido da colonização e o arcaísmo como projeto: a superação de um dilema através do conceito de capital escravista-mercantil.” *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 38, n. 1. p. 173-203, janeiro-março 2008.

